

# Em debate, as restrições ao funcionamento do Senado

por Andrew Greenlees  
de Brasília

O Senado Federal decidiu ontem como será seu próprio funcionamento durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Haverá sessões ordinárias apenas às segundas-feiras, das 14,30 às 18,30 horas, e o presidente da casa, bem como um terço dos senadores, poderá convocar sessões extraordinárias. Mas os debates mais acirrados envolveram dois pontos polêmicos do acordo firmado na véspera pelos líderes do PMDB, PFL e PDS.

Pelo entendimento, funcionariam no Senado apenas as comissões diretora e de fiscalização, com as demais sendo formadas mediante decisão do plenário. O primeiro problema surgiu aí. O senador Hélio Gueiros, do PMDB paraense, criticou a "castração" do Senado e pediu o funcionamento de todas as comissões.

"Se não for assim, estaremos capengas", queixou-se, recebendo apoio de Jamil Haddad, do PSB, e Itamar Franco, do PL.

A segunda restrição foi levantada contra o partido que impedia os parlamentares de apresentarem ao Senado projetos durante o

período em que durar a Constituinte. Seriam analisadas, neste caso, apenas mensagens do Executivo. "É gritantemente inconstitucional", agitava-se Itamar Franco, brandindo uma cópia do acordo. "É um golpe de estado que dá ao presidente o direito de ser o único a legislar".

As reclamações foram colocadas no papel e apresentadas como emendas ao projeto original, assinado por Fernando Henrique Cardoso (PMDB), Carlos Chiarelli (PFL) e Jarbas Passarinho (PDS). Uma comissão formada naquele momento para apreciar as emendas decidiu incluir algumas alterações no texto original: a comissão do Distrito Federal (com poderes de Assembleia Legislativa) será mantida, além das duas citadas no projeto dos líderes. Os parlamentares, por outro lado, poderão apresentar projetos, mas a apreciação só se dará após a promulgação da Constituinte.

A exceção fica por conta de matérias referentes às atribuições do Senado.

As alterações no projeto original foram insuficientes para Itamar Franco, que insistiu no direito de os senadores apresentarem projetos de qualquer natureza.